

TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO: RE-CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS NO MUNDO DO TRABALHO

EDUCATION WORKERS: RE-BUILDING PATHS IN THE WORLD OF WORK

Sonia Maria Zanezi Peres

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: soniazanezi@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i9.145>

Recebido em: 13.12.2021

Aceito em: 29.12.2021

Resumo: Esse artigo caracteriza, os fundamentos da relação entre trabalho e educação. Nos apresenta como não obstante a indissolubilidade da referida relação que se manifestou na história o fenômeno da separação entre trabalho e educação. Abordamos o processo de restabelecimento dos vínculos entre trabalho e educação que vem marcando a sociedade moderna. Finalmente, esboça a conformação dos trabalhadores da educação sob a égide do trabalho como princípio educativo.

Palavras-chave: Relação trabalho-educação. Precarização. Capitalismo. Produção. Trabalho.

Abstract: This article characterizes the foundations of the relationship between work and education. It presents us as despite the indissolubility of the referred relationship that the phenomenon of separation between work and education has manifested itself in history. We approach the process of reestablishing the links between work and education that has marked modern society. Finally, it outlines the conformation of education workers under the aegis of work as an educational principle.

Keywords: Work-education relationship. Precariousness. Capitalism. Production. Work.

1 Introdução

Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente. (Karl Marx).

Este artigo busca tecer algumas considerações em relação ao binômio trabalho e educação com foco na precarização das relações de trabalho, das quais podemos proporcionar amplas reflexões sobre o contexto atual brasileiro e mundial.

Presenciamos atualmente o surgimento da nova complexidade do capitalismo, este por sua vez “selvagem” já que se ocupa de diversas dimensões para se manter. Estamos a frente de um futuro incerto, que se constrói neste cenário perverso, marcado por um golpe jurídico-



parlamentar em 2016, bem como o fortalecimento de forças sociais ultraconservadoras, com um duro “ajuste fiscal”, evidenciado na Emenda 95, que congela os investimentos em nosso país, principalmente na saúde e na educação, se acentua com a chegada da extrema-direita ao poder. Não há como não pensarmos nas crescentes possibilidades de radicalização da exploração capitalista e da precarização das relações de trabalho, e da retirada de direitos fundamentais dos trabalhadores e principalmente dos professores.

A recente crise econômica, política e institucional que se abate em nosso país nos últimos anos tem como alvo a intensificação das expropriações dos trabalhadores, disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos, visto que principalmente após a Reforma da Previdência, da Reforma Trabalhista e Lei da Terceirização, Congelamento dos Investimentos principalmente nas áreas da Saúde e Educação, todas justificadas pela elite como necessárias.

Cabe a nós trabalhadores nos organizarmos em nossos sindicatos e associações para juntos enfrentarmos esse desmonte dos direitos sociais fundamentais para a nossa própria subsistência, caso contrário estamos fadados ao fracasso.

2 Trabalho e Educação: concepção teórica

Descrever sobre o trabalho, e suas diferentes formas nunca foi ou será fácil, para tanto, nos baseamos nos estudos de Marx, pois sua concepção acerca do trabalho, descreve sua ação determinante sobre o sujeito humano, demonstrando que o ser humano ao atuar na natureza pode transformá-la, pois desta forma, existe um predomínio da consciência sobre o elemento instintivo biológico, em relação a essa essência Marx (2013, p. 255-256) define que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente, antes de construí-la com a cera.

Dessa forma podemos compreender que a essência humana em relação a transformação da natureza é a condição da existência humana que recebe o nome de trabalho. Como aponta Lukács (2013, p. 46) que “não tem em si e por si nenhuma possibilidade imanente de desenvolvimento; nada mais é do que um modo particular de uma espécie animal adaptar-se ao próprio ambiente”.

Na perspectiva de outro autor em relação a definição de trabalho, temos Leandro Konder (1992, p. 105) que resgata o pensamento de Marx já no século XXI, afirmando que:

Pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria história. “Toda a chamada história mundial” – assegura Marx – “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano”.

Portanto, o marxismo tem como princípio o trabalho na transformação social e do pleno desenvolvimento humano, apontando os modos pelos quais o trabalho, deve ser entendido como a relação de mediação entre o ser humano e natureza.

3 Agravamento da crise para os trabalhadores e novas formas de trabalho

Muitas mudanças que estão sendo apresentadas, acentuam o agravamento da flexibilização

da jornada de trabalho, desde a liberação irrestrita da terceirização, trabalho intermitente, com mudanças profundas nas relações entre empregadores e empregados. Somam-se a isso as novas formas de trabalho que surgem nesse período, quando o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho desprovida de qualquer contrato ou direito, a exemplo da economia do compartilhamento.

Tais metamorfoses no mundo do trabalho marcam essa fase do capitalismo mais agressiva, pautadas pela desregulamentação das relações de trabalho que vem se expandindo seja na periferia do sistema seja nos países centrais, por meio da precarização que têm se alastrado, inclusive, para o setor público, atentando contra os direitos sociais, trabalhistas e inclusive da própria sociedade.

Cabe mencionar que a terceirização, toma corpo em nosso país principalmente na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e se acentua em 31 de março de 2017, quando foi aprovada a terceirização por meio da Lei nº 13.429, sancionada pelo presidente Michel Temer, denominado como “golpista” inclusive, com sua confissão do “golpe” no programa Roda Viva da TV Cultura do dia 17 de setembro de 2019. Neste caso, a lei flexibilizou as possibilidades de terceirização e contratação de trabalho temporário, e não houve uma regulamentação como havia nas propagandas governamentais da época.

Diante desse cenário, ressaltamos ser fundamental compreendermos a realidade do trabalho para assim permitir o deciframento de suas múltiplas formas e tendências, já que as condições contemporâneas, nas quais ondas mais intensas e violentas de expropriação do trabalho surgem e se intensificam, nos colocando diante de uma situação inédita em nossa história, como a transformação das formas de trabalho como Antunes (2018, p. 117), aponta:

O crescente processo de eliminação de trabalho vivo pelo trabalho morto, de substituição de trabalhadores por tecnologia maquínica, foi outro traço central na sujeição que a máquina-ferramenta – na verdade, a lógica movida pelo sistema do capital – impôs ao trabalho, reduzindo e até eliminando sua destreza oriunda da fase artesanal e mesmo manufatureira, consolidando o processo de desumanização do trabalho ou, mais rigorosamente, a “desantropomorfização do trabalho”, para usar uma concepção de Lukács presente em sua obra de maturidade, Para uma ontologia do ser social.

Diante de tantas transformações, podemos verificar que em muitas vezes a economia que não prioriza as necessidades do próprio país, pois é marcada pela restrição sistemática aos trabalhadores no acesso a direitos sociais fundamentais e um poder de Estado que não busca olhar para a sua própria sociedade.

Ressaltamos, assim que o posicionamento de cada trabalhador possui um caráter social e político, já que está em curso uma nova abordagem da precarização estrutural do trabalho, expressando as recentes condições da produção e reprodução social do capital. Tais discussões colocadas são extremamente necessárias na atualidade e nos fazem refletir sobre o pensar novos elementos de precariedade presentes no âmbito do setor público.

Assim, faz-se necessário observar expressões da nova configuração do mundo do trabalho, elencando os processos de mudanças e das próprias forças envolvidas com o surgimento de formas de organização do trabalho e seus efeitos na educação pública e no próprio trabalho docente, pois conforme Antunes (2018, p. 70), existe uma nova morfologia, e no caso de países como o Brasil, essas mudanças são mais frequentes.

Essa nova morfologia compreende não só o operariado herdeiro da era taylorista

e fordista, em relativo processo de encolhimento especialmente nos países centrais (mas que segue um movimento diferenciado em vários países do Sul, como China, Índia, Brasil, México, Coreia, África do Sul etc.), mas deve incluir também os novos proletários precarizados de serviços, parte integrante e crescente da classe-que-vive-do-trabalho. Trabalhadores e trabalhadoras que com frequência oscilam entre a heterogeneidade em sua forma de ser (gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalidade etc.) e a homogeneização que resulta da condição crescentemente pautada pela precarização, cada vez mais desprovida de direitos do trabalho e de regulamentação contratual.

É fundamental refletir sobre as especificidades da questão educacional no Brasil, em face de sua posição historicamente subordinada nas relações capitalistas, sendo problematizadas tais implicações também em relação aos trabalhadores da educação, que vem, ao longo dos anos, se alterando principalmente com a retirada de direitos já conquistados, direitos esses conquistados como parte de lutas sindicais empreendidas.

Para tal, é fundamental compreender os vínculos e o elo que estão interligados a relação entre trabalho e educação em nossa particularidade histórica e a superexploração que estamos subordinados, podemos considerar que essas mudanças estão interligadas a reestruturação produtiva e ao neoliberalismo.

Portanto, a reestruturação produtiva representa uma série de transformações, desencadeadas para enfrentar a crise dos anos 1970 do esgotamento do modelo taylorista-fordista, as quais podem ser classificadas como organizacionais, gerenciais e tecnológicas e afetam todos os ambientes de trabalho com novas exigências de desempenho para o trabalhador, estendendo as situações de precarização.

Já o neoliberalismo e suas políticas são a face visível da atuação do Estado e de forças políticas que implementam ações profundamente regressivas do ponto de vista social, as quais, no limite, tendem a abolir quaisquer resquícios de políticas de amparo aos trabalhadores. As coalizões neoliberais estabelecem um senso comum de que qualquer tipo de “salvação” da sociedade está ancorado na iniciativa privada, no risco que os agentes econômicos correm, e que o sucesso de cada indivíduo depende única e exclusivamente de sua capacidade de se “vender” no mercado.

Em se tratando da educação, as escolas (públicas e privadas) são levadas a implantar um modelo de gestão, o qual funciona na mesma lógica de uma empresa, a exemplo das cobranças e responsabilizações, no sentido de “tensionar” as escolas e os professores a cumprirem metas. Para o trabalhador, isso representa mais controle, mais intensificação e mais precarização.

A desqualificação quanto ao trabalho em relação aos trabalhadores da educação, caracterizam inúmeras mudanças na precarização desses trabalhadores nas redes públicas e até privadas. Portanto, essas reconfigurações contemporâneas do capitalismo, a reestruturação produtiva e as reformas neoliberais, trouxeram esse aumento da intensificação, do controle e da precarização do trabalho da educação básica no Brasil nos últimos trinta anos.

4 Ação consciente do trabalho: desafios contemporâneos

Controlado, intensificado, precarizado, administrado, disciplinado, gerencializado, especificado, reestruturado, fiscalizado etc. Estas são algumas formas que modelam o trabalho

dos trabalhadores da educação na sociedade contemporânea, e que levam alguns autores a assinalarem a reconfiguração do exercício da nossa profissão. Se antes tínhamos como estrita preocupação ao adentrarmos em uma unidade escolar e estarmos fazendo nosso trabalho e cuidar do ensino, hoje, está sobrecarregado de atividades que estão muito além da mera ação de “trabalhar na escola”.

Em relação a desqualificação desses profissionais, Rodrigues (2002, p. 71) aponta que:

A tendência para a desprofissionalização assenta naquilo a que se pode chamar mecanismos de desqualificação dos profissionais, de perda ou transferência de conhecimentos e saberes, seja para os consumidores, o público em geral, os computadores ou os manuais.

Sendo assim de modo geral, os trabalhadores da educação estariam sofrendo um processo de desprofissionalização, e neste sentido, o trabalho estaria sendo prejudicado, já que estaria somente a executar aquilo que foi proposto, perdendo seu protagonismo didático-pedagógico em seu local de trabalho.

Com mais atividades para realizar e metas a cumprir, percebemos claramente como processos de intensificação do trabalho intelectual, físico e emocional estão bem presentes no dia a dia do cotidiano escolar, e, agora, em todo o ambiente escolar. Simultaneamente, pode haver questões a serem refletidas sobre a própria atuação e suas condições de trabalho, pois, apesar dos discursos enfáticos dos órgãos governamentais (quando existe) em prol da valorização da educação, nitidamente a precarização de suas condições de trabalho.

Como exemplo Lombarde (2016), aponta que os modelos apresentados através de leis, muitas vezes propõem processos de precarização, pois com a centralização de algumas políticas que facilitam a entrada de Organizações Não Governamentais (ONG's) na educação, pois sua atuação na maioria das vezes influencia nas decisões para implementação de políticas públicas para educação.

O processo de uniformização e centralização de políticas, para facilitar a participação de grupos privados para e por “dentro” dos sistemas educacionais públicos vem se aprofundando sistematicamente nos últimos vinte anos. O “Todos pela Educação”, movimento de empresários criado formalmente em 2006, e, em 2014, transformado em OSCIP, é um bom exemplo, uma vez que as suas metas foram, praticamente, assimiladas e incorporadas pelo governo federal como políticas públicas para o país. (LOMBARDE, 2016, p. 50)

Lombarde (2016, p. 50-51), ainda descreve que alguns programas e projetos são implementados de forma a atender as necessidades de determinados grupos educacionais, dos quais descreve três metas recentes que foram implementadas, por influência da ONG “Todos pela Educação”

[...] meta 1- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola – foi incorporada na Emenda Constitucional 59/2009, pelo Executivo; meta 2- Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos - se transformou no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído pelo MEC na Portaria nº 867, de 04 de Julho de 2012 e na Meta 5, do PNE; meta 3- Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano: a mesma foi introduzida no Plano Nacional de Educação (estratégias 2.1 e 7.2), como obrigação de elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE), precedida de consulta pública, “direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos (as)” nos ensinos fundamental e médio.

Para realizar esta terceira meta foi proposto pelo MEC, em junho de 2015, o documento “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” visando viabilizar, por meio de proposta de currículo único, a competência “gerencial” das nossas escolas. É preciso resistir a essas tentativas de redefinição do papel da escola e do professor, destacando, no caso, que “nacional” não significa homogêneo e “comum” não é sinônimo de único.

Diante dessas iniciativas, tais políticas públicas definidas através de leis e programas de ensino, o professor/a passa a ser mero executor de atividades, que desconsidera seu planejamento, pois em virtude de reformas políticas educacionais implantadas pelo próprio Estado. Tais políticas, muitas vezes são elaboradas sem nenhuma participação dos professores/as e vêm causando mudanças seja em sua autonomia docente ou da sua própria identidade e segundo Pimenta (2002, p. 7);

[...] a identidade profissional do professor se constrói a partir da significação social da profissão [...] constrói-se também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida: o ser professor. Assim, como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos, e em outros agrupamentos.

Além dessa concepção da própria identidade, que vem sendo modificada, pontuamos que o trabalho flexível que Antunes (1999) aponta como formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, principalmente com a entrada do empresariado na área educacional, por meio de suas organizações sociais constituídas legalmente de caráter privado e de interesse público e das parcerias público-privadas, à luz da formação econômica social e política brasileira, estão a prejudicar o trabalho docente.

5 Considerações finais

O trabalho, assim como suas diversas interpretações, só nos faz compreender, que os modelos neoliberais, estão sendo implementados à medida que retira os direitos dos trabalhadores, que foram duramente conquistados, através de lutas coletivas tanto de sindicatos, associações e sociedade civil organizada.

Nos dias atuais, com essa reestruturação produtiva, das novas formas de trabalho, encaminham os trabalhadores para a própria negação de direitos básicos, , que transformam o trabalhador em um mero número e não lhes garantem nenhum direito, ficando o trabalhador o dono dos meios de produção, dos custos e uma fatia expressiva dos recursos advindos desta produção, a exemplo, os de serviço fica com os donos do aplicativo.

Assim como os trabalhadores da informalidade e outros autônomos, os trabalhadores docentes também sofrem com as mudanças do trabalho, pois muitos governos, buscam parcerias com ONG's que mais estão a arrecadar, ou seja em busca do lucro, do que contribuir com o processo educacional. Os trabalhadores passam a ter que vender sua força de trabalho por valores que lhe garantam apenas uma condição de subsistência e lhes permitam continuar a produzir mais-valia ao dono do modo de produção capitalista. Neste sentido, o processo de gerencialismo da educação, no qual os trabalhadores da educação passam a serem meros executores de tarefas e de burocracias, dificultando ainda mais, aquilo que já não é tarefa fácil.

Por fim, acreditamos, que os trabalhadores devem se manter organizados e vigilantes sobre os direitos adquiridos, e buscar uma forma de se organizar para resgatar os que se foram, principalmente no caso brasileiro nos governos de Michel Temer e agora Bolsonaro (2019 aos dias atuais), que além de venderem narrativas falaciosas sobre os trabalhadores, estão a serviço do neoliberalismo, dos grandes banqueiros e do mercado financeiro.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização:** do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia de práxis:** o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.
- LOMBARDI, José Claudinei. (Org.) **Crise capitalista e educação brasileira.** Uberlândia/MG: Navegando publicações, 2016.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, Livro I, 2013.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores - Saberes da docência e identidade do professor.** Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72- 89, 1996.
- RODRIGUES, M.L. **Sociologia das profissões.** Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.